

LAURO OLIVEIRA LIMA NA IMPRENSA

Marco Aurélio Rodrigues Dias¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é contextualizar o professor Lauro de Oliveira Lima dentro da realidade sociocultural que vivi na década de 60 no subúrbio do Rio de Janeiro. Seus argumentos pedagógicos na imprensa defendendo a inteligência das pessoas que não a desenvolveram para o ensino formal e reivindicando educação de qualidade, transformaram minha percepção da realidade social. Se eu aprendia que os adultos eram pessoas formadas, passei a compreender que a pessoa nunca está formada; se aprendia que o pobre era analfabeto por conta de uma incapacidade mental que o impedia de aprender, descobri que lhe faltou foi oportunidade. Passei a desconfiar que muita coisa podia estar errada no que me ensinavam a partir do senso comum. Migrei do mito para a Ciência. A presente investigação filosófica sobre essa transformação dar-se-á mediante a comparação entre o pensamento de Lima sobre a “formação continuada” e o pensamento do senso comum acerca do conceito de “pessoa formada”. Pretende-se, com essa estratégia, conhecer a indignação que fazia de Lima um defensor da “formação continuada” e um crítico do preconceito de que os pobres não se formavam doutores porque tinham deficit de inteligência.

Palavras-chave: Formação Continuada, Lauro de Oliveira Lima, Educação.

INTRODUÇÃO

Neste estudo não tratarei de nenhuma teoria desenvolvida por Lima, mas apenas das minhas lembranças e impressões, em fins de 1969, sobre as informações pedagógicas que ele veiculou na imprensa. Antes de adentrar no assunto principal elencado no resumo, quero colocar aqui a minha percepção filosófica da influência que a ação política de Lima causou no ambiente onde eu vivia, pois, certamente, ele, através da imprensa, me alcançou, e, uma vez alcançado, criei uma percepção pessoal da realidade sociocultural desse novo contato, que, sinceramente, me assomava como vida inteligente. No entanto, também não posso afirmar que essa minha percepção atual da influência de Lima nas minhas necessidades de resposta à sociedade é a mesma que eu tive na época em que ouvi Lima falar à imprensa. Provavelmente, ele não alcançou só a mim. Mas eu diria que, olhando o fenômeno social com a perspectiva da percepção de Lima, passei a interagir, nas minhas confabulações internas, com uma inteligência maior do que qualquer outra que eu encontrasse no meu relacionamento ou na

¹ Universidade Vale do Ribeira. Licenciatura em Pedagogia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1124-2959> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5296951058671417> Data desta publicação: 02/02/2023.

minha comunidade. Muitas vezes recorri ao que eu lembrava que Lima disse sobre o dever da Educação de levar o educando ao desenvolvimento pleno da inteligência, e sempre achei que deveria comentar essa minha experiência com o conhecimento do outro e de como o conhecimento do outro proporciona o crescimento da nossa compreensão. Depreende-se, pois, que o ambiente escolar, sendo intencionalmente um local de produção de conhecimento e de informação, bem como um laboratório de ressignificação desses conhecimentos, deve priorizar a socialização e fomentar o diálogo entre os alunos, diferentemente da antiga escola conservadora que exigia o silêncio absoluto dos alunos e punia até mesmo os olhares entre eles. Portanto, o fato de Lima chamar a atenção das autoridades para as falhas da educação conservadora, parecia-me que ele estava chamando a atenção dos meus professores, coisa que eu não podia fazer, e isso respaldava meu sentimento de indignação com o sistema. Explorar a fenomenologia cognitiva resultante dessa interação é o objeto principal desta pesquisa. Como é a minha memória atual da observação espontânea que surgiu no momento em que ouvi Lima defender a inteligência das classes pobres, por volta de 1970? Haveria uma convergência entre o pensamento acadêmico de Lauro sobre as falhas da educação conservadora e a minha observação informal sobre os caminhos errados da Educação? A convergência seria entre a indignação dele, como educador, e a minha indignação, como aluno? Estas algumas perguntas que deverão ser respondidas e explicadas neste estudo.

Para desenvolver os argumentos necessários e pertinentes ao assunto aqui delineado, devo me ocupar especificamente com as propostas da pedagogia que Lima veiculava na imprensa. Porém, evidentemente, comentarei essas propostas da forma como eu as entendia e segundo o significado que elas tinham no meu universo cultural. Sendo assim, entenda-se que esta pesquisa se fundamenta na minha memória referente ao contexto filosófico da mensagem reformadora de Lima. Ou seja, trata-se este trabalho de uma ressignificação do pensamento do professor num momento histórico e sem referências bibliográficas. Não obstante isso, devo esclarecer que não posso, e nem consigo, dissociar das minhas questões sociais os argumentos de Lima. Sendo assim, eu me pergunto o seguinte: os diálogos pedagógicos de Lima com a imprensa, os que eu ouvi, são meus ou são dele? Eu os transformei em meus ou os conservei como como os recebi? Ouvi o que ele disse ou ouvi o significado do que ele disse? Será possível que, ao falar de Lima, estou falando de mim mesmo e propondo o que eu mesmo penso? E, neste caso, teria Lima feito uma ressignificação das conclusões de Piaget sobre o desenvolvimento cognitivo da pessoa humana e entendido o assunto de uma maneira diferente da que Piaget entendeu? Quando digo que Lima defendeu que a inteligência do analfabeto é igual a inteligência do cientista, pelo menos no sentido de potencialidade para aprender, não

posso afirmar que realmente ele disse isso, mas posso afirmar que eu estou dizendo isso. O fato real é que ouvi Lima falar com jornalistas sobre a problemática da Educação. Nada do que digo que ele falou pode ser colocado entre aspas. Com certeza, há sempre uma ressignificação dos conhecimentos construídos a partir da fala do outro. Essa ressignificação ocorre na medida em que a informação recebida se mistura com os conhecimentos anteriores do indivíduo e se transforma numa resposta para alguma questão pendente. Ora, sendo assim, é perfeitamente provável que Lima ressignificou Piaget e que eu ressignifiquei os argumentos contidos nas entrevistas de Lima.

Sobre o teor das entrevistas que ouvi, posso dizer que algumas eram denúncias sobre as falhas do sistema de ensino brasileiro. Lima passava pito nas autoridades responsáveis pelo ensino e pedia que os educadores tivessem mais responsabilidade para com a docência. Enfim, ouvi nos seus discursos as respostas que eu precisava ter dado aos meus professores, os quais, às vezes, me criticavam, por puro preconceito, por condicionamento cultural ou apenas pelo prazer de ditar regras de disciplina que puniam injustamente minhas ações legítimas de indisciplina, como, por exemplo, falar com o colega em sala de aula. Proibia-se a socialização. O objetivo da Educação, longe de ser produzir pessoas comportadas e obedientes ao sistema, é desenvolver nelas a inteligência em toda a sua plenitude. A escola e o professor precisavam se transformar, motivo pelo qual Lima insistia na defesa da “formação continuada” para educadores e educandos.

LAURO DE OLIVEIRA LIMA NA IMPRENSA

Minha empatia emocional com Lima nasceu da confiança espontânea que desenvolvi a partir do momento em que o vi defender o potencial de inteligência do analfabeto e, conseqüentemente, as classes pobres onde os analfabetos proliferavam. Era lógico que a pobreza tinha tudo a ver com o analfabetismo, e estes dois decorriam do descaso do Estado. Portanto, não há dúvida de que ele foi um defensor contumaz do desenvolvimento da inteligência social. Enfim, Lima era alguém que se posicionava ao lado dos estudantes. Na imprensa, ele apontava os erros da escola no processo ensino-aprendizagem; combatia as regras absurdas; posicionava-se contra os métodos pedagógicos dos intelectuais conservadores e defensores da “educação bancária”. Tudo isso ele fez numa época de ditadura militar e de perseguição aos reformadores e sociólogos. Talvez eu deva dizer que me sentia vingado quando ele propunha um novo tipo de abordagem aos alunos na escola e na sala de aula; e,

também, quando ele defendia que a inteligência das crianças pobres, provavelmente as que teriam problema de permanência nos bancos escolares, tinha potencial de ir à plenitude, tanto quanto a inteligência das crianças das classes ricas. Sinceramente, diante desse discurso, eu pensava: esse cara está falando de mim, está me defendendo, é meu aliado no processo civilizatório, e, portanto, devo prestar atenção na sua filosofia. Pode ser que, mergulhado na fantasia da minha adolescência, do lado de lá o Lima falasse uma coisa aos jornalistas, enquanto que eu, do lado de cá, ouvia e entendia outra coisa. Este estudo não pretende ser um retrato de Lima, mas um depoimento das impressões culturais que ele causou na minha compreensão, talvez entre 1969 e 1974.

O QUE LIMA FALAVA E COMO ERA ENTENDIDO

Observei que Lima tinha uma linha de ação argumentativa bem politizada e voltada para a imprensa, talvez com o objetivo de alcançar um público maior, esclarecendo-o, assim como me alcançou no subúrbio de Jacarepaguá onde eu viva e morava. Entendo que ele atingiu seu objetivo, pois foi através da imprensa que conheci seus argumentos, e, acredito, não fui o único. Suas entrevistas eram cheias de denúncias contra o sistema de ensino brasileiro e contra as elites dominantes adeptas de sufocar as classes pobres, impedindo-as de terem acesso ao ensino público gratuito e de qualidade em todas as etapas do ensino formal. Havia nos bastidores da sociedade uma mensagem preconceituosa que qualificava os pobres como incapacitados para o ensino acadêmico. Durante minha vida, em vários momentos, ouvi mães falarem aos seus filhos que faculdade é coisa para gente rica. Porém, contrariamente aos que negavam haver inteligência suficiente no aparelho cognitivo dos pobres, as novas tendências pedagógicas da época, tendo Lima como porta-voz e líder político, reivindicavam os seguintes pontos para o Ensino brasileiro, segundo a minha percepção:

- 1 - Educação pública e gratuita para todos, cuja bandeira já tinha sido levantada anteriormente pelo Movimento dos Pioneiros da Educação Nova, nos anos 30;
- 2 - Reconhecimento de que todas as pessoas possuem inteligência suficiente para aprender;
- 3 - Combate ao preconceito contra a inteligência das classes pobres;
- 4 - Formação continuada para todos profissionais da Educação e alunos;
- 5 - E, por último, entendimento, da parte dos gestores, de que todas as pessoas devem buscar o desenvolvimento pleno da inteligência (que, em tese, se daria através da formação

continuada), e a escola teria o dever moral de fomentar nos alunos essa busca, tendo em vista que o beneficiário direto dela é o processo civilizatório.

UM RETRATO DOS SUBÚRBIOS NA DÉCADA DE 1960

No Brasil, na década de 60, ouvia-se muito falar que alguém “é um homem formado” ou “uma mulher formada”, e, no entanto, em muitos casos, esse alguém era uma pessoa analfabeta ou semianalfabeta. No meu ambiente familiar e social, ser formado (no sentido de concluir curso superior) não era um costume. Vínhamos de uma geração, nos subúrbios do Rio de Janeiro, que, na sua maioria, as pessoas não concluíam nem mesmo o ensino médio (antigo curso científico) no tempo normal, e, no entanto, tínhamos ascendido financeiramente a uma classe média. Naquela época, a população suburbana só tinha contato com pessoas formadas em algum ramo da ciência (refiro-me a médicos, sociólogos, advogados e outros), quando precisavam dos serviços da saúde ou da justiça. Na verdade, das pessoas que entravam no curso primário aos 7 anos de idade, poucas terminavam o curso ginásial (o Fundamental). Estou falando das minhas estatísticas, da grande quantidade de pessoas inteligentes (do meu relacionamento) que abandonaram os estudos durante o curso primário ou logo após terminá-lo. As famílias emergentes, saídas das classes pobres, melhoraram um pouco de situação financeira, porém a motivação para prosseguir nos estudos e alcançar a Educação Superior não fez, num primeiro momento, parte dessa mudança de status financeiro, pois ainda estavam sob os efeitos do processo de desinformação gerado pelo preconceito contra as classes pobres. Mesmo nos anos 70, os adultos que pararam os estudos na adolescência, mas queriam melhorar na vida profissional, faziam um curso supletivo (surgido em 1971) para obter o diploma do ensino médio. Havia, sim, ainda, na sociedade daquela época, uma tentativa de limitar o ensino superior às elites e sufocar as classes pobres para que elas não ascendessem culturalmente. Não acredito que essa ação fosse completamente intencional, porém, sim, inconsciente. Vivia-se dentro de uma bolha onde ter diploma de ensino médio e saber datilografar eram dois requisitos para se pudesse pleitear cargos melhores, principalmente nos bancos públicos e privados e nas autarquias públicas federais, e isso constituía um ideal profissional para muitas famílias emergentes da pobreza e

com poucos anos de passagem nas instituições escolares. Muitas pessoas que alcançavam status financeiro compravam diplomas de conclusão do ensino superior. Havia, de fato, um comércio criminoso de diplomas de Ensino Superior e de Ensino Médio, principalmente diploma de advogado.

A DEFASAGEM DAS COMUNIDADES SUBURBANAS (DÉCADA DE 1960)

Percebia-se o quanto as comunidades suburbanas estavam defasadas e desmotivadas em relação aos avanços do pensamento pedagógico defendido por Paulo Freire, Anísio Teixeira e Lauro de Oliveira Lima, entre outros, e, com efeito, esses pensadores difundiram argumentos libertadores que contribuíram para a pouca democracia que existe hoje na oferta de ensino público pelo Estado. Eles acreditavam, como também nós devemos acreditar, que é possível criar na sociedade um entendimento razoável sobre a necessidade de oferta de ensino público de qualidade e gratuito para todos, formação continuada para professores e demais profissionais da Educação e, por fim, nenhum índice de evasão escolar. Contudo, essas reivindicações da tendência pedagógica libertadora, na perspectiva do pensamento de Lima, deveriam eclodir também das próprias comunidades, assim como entendia-se que os próprios professores deveriam buscar a formação continuada por iniciativa pessoal, em vez de ficarem só esperando, desatualizados, as iniciativas do Governo Federal. Afinal, não foi por iniciativa própria que Lima se conectou com Piaget e com suas teses sobre os processos de desenvolvimento da inteligência da criança? Então, sem dúvida, o Estado deve fazer a parte dele, mas as pessoas devem se atualizar com a época em que vivem e vociferar as cobranças relativas aos seus direitos e às suas responsabilidades. Não adianta o outro lutar pelos meus direitos se eu não os quero. Por isso, Lima se utilizava dos veículos da imprensa para botar a boca no trombone e conclamar as comunidades, e não só as escolares, para a ação do desenvolvimento integral da inteligência, visando, com certeza, a dinamização do processo civilizatório. O desenvolvimento pleno da inteligência é uma ação sob a responsabilidade individual das pessoas, é um ato de argumentação crítica e reivindicatória das responsabilidades do Estado para com os direitos do cidadão, bem como do cidadão para com o Estado. A inteligência não pode atingir um apogeu se não estiver dinamizada pela consciência

de justiça e pela reivindicação dos direitos.

NEM SEMPRE RESPEITO É CONSCIÊNCIA

O desenvolvimento pleno da inteligência dos alunos, que é, atualmente, a pauta principal das instituições oficiais que coordenam a Educação, já era, para Lima, nas décadas de 60 e 70, um dos objetivos da Educação e deveria visar a dinamização continuada do processo civilizatório e a transmissão dos valores nobres e dos conhecimentos entre as gerações que se sucedem. O processo civilizatório se perpetua através do desenvolvimento integral da inteligência das pessoas que integram uma geração, e, portanto, a Educação tem como objetivo social influenciar positivamente as futuras gerações e erradicar a barbárie. No entanto, o desenvolvimento pleno da inteligência do aluno ainda é na escola um discurso sem a contrapartida da prática. Ensina-se o respeito, mesmo quando ele é reconhecidamente injusto. O respeito às autoridades nem sempre é consciência ou demonstrativo de inteligência plena. Muitas vezes o respeito é uma submissão injusta e uma passividade diante dos direitos. Ocorre que o Brasil é um país extremamente injusto, e as pessoas, embora saibam dos seus direitos, se calam, mais por medo do que por respeito.

Para ilustrar este texto, relato uma ocorrência onde eu e outros colegas de turma chegamos alguns minutos atrasados na escola. O portão havia acabado de fechar. Argumentamos com o porteiro os motivos do nosso atraso, mas ele disse que estava cumprindo as ordens da diretoria. Enquanto argumentávamos, chegou uma professora atrasada. Ela vinha com sua filha que também estudava lá na escola. Teoricamente, as duas estavam atrasadas. A filha da professora era uma aluna tão atrasada quanto eu e meus colegas de turma barrados no portão. Diante dos nossos olhos, porém, o porteiro simplesmente abriu o portão. A professora e sua filha entraram. Inconscientemente, percebemos a injustiça. Mas aprendíamos na escola e na família a ser educados, a não contrapor argumentos, a não apontar a injustiça e respeitar a autoridade. A professora era uma autoridade. Seria muita petulância nossa argumentar que, se a filha da professora entrou, tendo chegado atrasada, nós também teríamos o direito de entrar. Porém, infelizmente, vivemos numa cultura de privilégios, a qual sobrevive ainda hoje em todos os lugares e em todas as situações,

no Governo, na Justiça e no Congresso. Na escola, nós não desenvolvíamos argumentos críticos para denunciar naquele momento a injustiça social e os erros da escola. Onde estava a nossa competência para tomar iniciativas? Com toda certeza, seríamos expulsos se apelássemos para os argumentos de justiça e disséssemos que a filha da professora também chegou atrasada e entrou na escola, enquanto eu e meus colegas ficamos barrados. Logo, observamos, o desenvolvimento pleno da inteligência não se processa com um currículo escolar de conteúdos acadêmicos, mas com o desenvolvimento de competências e habilidades que fazem a pessoa ter iniciativas e cobrar seus direitos. Esperávamos que, diante daquela situação, a professora atrasada argumentasse com o porteiro no sentido de que ele deixasse a gente entrar, pois a sua filha também chegou atrasada e estava entrando. Talvez ela devesse dizer: se os meninos não podem entrar porque chegaram atrasados, eu também não posso, pois também cheguei atrasada alguns minutos. No entanto, ela, a professora, que deveria ensinar comportamentos justos e defender os direitos dos alunos, simplesmente entrou, usando do privilégio, fez de conta que não percebeu a nossa situação, deu um péssimo exemplo e não quis se comprometer com a causa dos alunos. Moralmente, a atitude dela foi contraproducente para a minha visão da escola como instituição educativa. Por isso, eu entendia os discursos de Lima como uma proposta de reviravolta no comportamento dos educadores, e a situação que eu e meus colegas de turma passamos no portão da escola, ela seria motivo de revolta para qualquer educador que tivesse consciência plena dos seus deveres profissionais, seria até motivo de rediscussão dos estatutos da escola, do PPP e do comportamento da equipe pedagógica.

O INGRESSO NO GINASIAL E O EXAME DE ADMISSÃO

Na década de 60, havia prova para entrar no curso ginasial público. Poucos alunos saíam do curso primário habilitados para passar no exame de admissão. O Estado oferecia poucas vagas gratuitas para o ensino fundamental e a prova de admissão era utilizada como uma forma de selecionar pessoas. Muitos alunos, mesmo da classe média, encerravam os estudos após o curso primário. Não se fazia planos de formação acadêmica superior na maioria das famílias suburbanas. Os pais, que

geralmente cursaram apenas o primário, e isso nas famílias que não eram completamente analfabetas, pensavam logo em trabalho para os filhos. Pois, conforme entendiam, o importante era trabalhar, casar e ter filhos. Quando a pessoa realizava esses três quesitos, era considerada uma pessoa formada. Em meio a esse ambiente de passividade cultural, na minha adolescência, fui surpreendido com os argumentos de Lauro de Oliveira Lima nas mídias criticando e revolucionando o conceito de formação e afirmando que a pessoa nunca está formada, que a formação é processual, contínua e não tem um fim. Morre-se em processo de formação. Foi mais ou menos assim que ele me falou numa conversa que tivemos quando o procurei no seu ambiente de trabalho, na escola Chave do Tamanho, na primeira metade da década de 70, onde ele desenvolvia as tendências pedagógicas da época, que eram, no meu entendimento, uma pedagogia libertadora se contraponto ao fascismo educacional conservador, o qual, a partir da ditadura de 64, continuou oprimindo e atacando as classes mais pobres no ambiente da Educação Pública, em duas linhas de combate:

1 - A do negacionismo científico respectivo ao não reconhecimento de que a inteligência é igual em todas as crianças e que todas elas têm potencialidade para a desenvolver em toda a sua plenitude;

2 - E, conseqüentemente, o não esforço governamental para amparar e proteger as comunidades em estado de vulnerabilidade econômica e social.

Esse negacionismo das elites se reproduzia nas comunidades pobres. Estas acabavam achando que estudo é mesmo para gente rica. As elites sabiam que pobres e ricos nascem com potencial igual de inteligência, mas o preconceito contra os que não tiveram acesso ao ensino ou que se evadiram dos bancos escolares servia como um demonstrativo de que os pobres não teriam inteligência suficiente para acompanhar as fases do ensino formal.

Na época do Brasil Colônia, as elites entendiam que os índios não possuíam alma, portanto podiam ser caçados como animais. Essa tentativa das elites de diminuir preconceituosamente a capacidade potencial da inteligência dos pobres, coisa que eu via na década de 1960, tinha raízes naquela elite colonial brasileira que caçava os índios. Não arriscaria dizer que isso mudou. Por isso mesmo, as novas tendências pedagógicas, nas quais Lima se incluía, pleiteavam ensino e relacionamento democrático dentro da escola e responsabilidade do Estado para com o direito das pessoas de terem ensino público gratuito e de qualidade em todos os níveis da

formação acadêmica. Portanto, o preconceito da elite em relação aos desfavorecidos precisa ser combatido, pois, como vimos, primeiro, os índios não tinham alma, e, segundo, os analfabetos não tinham inteligência, deduzindo-se que o malbaratamento do outro é uma prática que se reproduz na educação e na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados esperados são que por meio deste documento seja reforçado o entendimento de que a comunicação tem um papel fundamental no desenvolvimento psicossocial das pessoas, e que ela, realmente, alcança o outro, sabendo-se, porém, que o outro terá uma percepção pessoal da informação recebida e que ela estará sempre associada às circunstâncias e experiências sociais do indivíduo. Tal é o processo da educação transformadora. A informação é libertadora quando se transforma na solução para algum problema de quem a recebe. Lima me atingiu através da imprensa. Posso não ter entendido nada do que ele falou e de como ele próprio entendia o que falou, mas a reconstrução do seu discurso na minha mente foi significativa para a solução das minhas indagações e questões. A ressignificação do discurso do outro é o que vale na comunicação e no diálogo. O educador deve esperar que o aluno processe a ressignificação e não a memorização das informações que são dadas em sala de aula.